



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS PATOS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

MERLÂNIA LINO DA SILVA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E A LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS

PATOS – PB

2021

MERLÂNIA LINO DA SILVA

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E A LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS**

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Patos, Polo Itaporanga, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências e Matemática, sob a orientação do Prof. Me. Jefferson Flora Santos de Araújo.

PATOS – PB

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA PATOS/IFPB

S586a Silva, Merlânia Lino da
Aspectos históricos da educação dos surdos e a língua
brasileira de sinais/ Merlânia Lino da Silva. - Patos, 2021.
23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Ensino de Ciências e Matemática) - Instituto Federal da
Paraíba, 2021.

Orientador: Prof. Me. Jefferson Flora Santos de Araújo

1. Língua Brasileira de Sinais 2. Educação dos surdos
3. Inclusão I. Título.

CDU – 376-056.263

MERLÂNIA LINO DA SILVA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E A LÍNGUA
BRASILEIRA DE SINAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências e Matemática.

Patos, 26 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Jefferson F. S. de Araújo

Prof. Me. Jefferson Flora Santos de Araújo

Orientador – IFPB

Francisca Adriana da S. Bezerra

Prof.^ª Ma. Francisca Adriana da Silva Bezerra

Avaliadora – IFPB

Francisco Alves Cordeiro Neto

Prof. Me. Francisco Alves Cordeiro Neto

Avaliador – Prefeitura Municipal de Mari

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Merlânia Lino da Silva

Jefferson Flora Santos de Araújo

IFPB/UAB

Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática

RESUMO

A pessoa com deficiência, especificamente a pessoa surda, enfrentou inúmeros desafios ao longo do tempo, não tendo oportunidades de acesso à educação, por serem considerados seres impensantes e incapazes de aprender. Dessa forma, a Libras favorece o surdo na sua comunicação com as demais pessoas, já que esta utiliza principalmente o canal visual-gestual, facilitando um diálogo entre dois ou mais surdos e entre surdos e ouvintes que conheçam a língua. Partindo deste pressuposto, este trabalho tem como objetivo compreender o percurso histórico acerca dos desafios sofridos e conquistas alcançadas pelos surdos, no segmento social e educacional. A metodologia pautou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes os livros, monografias, artigos, dissertações e a legislação brasileira que discutem a temática pesquisada. Tomamos como referencial teórico os estudos de Honora e Frizanco (2009), Kalatai e Streiechen (2013), Strobel (2009), entre outros estudiosos que discutem a temática pesquisada. Os resultados obtidos da pesquisa revelaram que os maiores desafios que os surdos vivenciaram no passado foram principalmente a falta de oportunidades de se desenvolverem como cidadão e como educando, dentre as metodologias utilizadas na educação, a mais plausível seria o Bilinguismo, porém necessita investimento em capacitação para os professores. Além disso, a Libras se tornou uma língua oficial dos surdos no Brasil, entretanto, não se trata de uma simples mímica, mas sim de uma língua com todas suas regras gramaticais, logo, se faz necessário que esta seja ensinada não apenas em escolas de Educação Especial, mas também em escolas regulares, para que todos possam aprender e difundi-la para além das paredes escolares. difundíla

PALAVRAS-CHAVE: Língua Brasileira de Sinais. Educação dos Surdos. Inclusão.

ABSTRACT

The disabled person, specifically the deaf person, faced numerous challenges over time, not having opportunities to access education, as they are considered unthinkable beings and unable to learn. Thus, Libras favors the deaf in its communication with other people, since it mainly uses the visual-gestural channel, facilitating a dialogue between two or more deaf people and between deaf and hearing people who know the language. Based on this assumption, this work aims to understand the historical path about the challenges suffered and achievements achieved by the deaf, in the social and educational segment. The methodology was guided by a qualitative approach, such as bibliographic and documentary research, using as sources the books, monographs, articles, dissertations and Brazilian legislation that discuss the researched theme. We take as a theoretical reference the studies of Honora and Frizanco (2009), Kalatai and Streiechen (2013), Strobel (2009), among other scholars who discuss the researched theme. The results obtained from the research revealed that the biggest challenges that the deaf experienced in the past were mainly the lack of opportunities to develop as a citizen and as an educator, among the methodologies used in education, the most plausible would be Bilingualism, however it needs investment in training for teachers. In addition, Libras has become an official language of the deaf in Brazil, however, it is not a mere mime, but a language with all its grammatical rules, therefore, it is necessary that it be taught not only in schools. Special Education, but also in regular schools, so that everyone can learn and spread it beyond the school walls.

KEYWORDS: Brazilian Sign Language. Deaf Education. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 METODOLOGIA.....	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	9
3.2 EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	11
3.2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que no mundo existe uma variedade de pessoas, cada uma possui características distintas que as tornam singulares e de igual modo merecedoras de reconhecimento social, porém, mesmo sabendo que cada indivíduo possui sua particularidade, ainda existem muitas desigualdades. O preconceito existe para aqueles que são considerados “diferentes” das “normalidades” e assim a falta de oportunidades muitas vezes é evidenciada, como por exemplo no acesso e permanência na escola, na vida profissional, na comunicação com as outras pessoas, além da inclusão no viver em sociedade.

Dentre essas particularidades, tem-se a pessoa com deficiência, por muito tempo, as pessoas que possuíam alguma deficiência eram excluídas da sociedade, por serem consideradas incapazes de exercer diversas funções como trabalhar, estudar etc., assim muitas eram impedidas de viver em sociedade. Especificamente a pessoa surda, também chamada de deficiente auditivo, passou por inúmeros desafios, antes considerados como seres que não tinham a capacidade de pensar, eram muitas vezes tidos como retardados, alegando que por não ouvirem, também não poderiam falar e conseqüentemente pensar (KALATAI, 2012).

Apesar das inúmeras conquistas obtidas até então, dentre elas destacam-se a lei 10.436/02 que torna oficial a Língua Brasileira de Sinais, na qual o surdo pode se comunicar através de uma língua própria, de modalidade gestual-visual, a educação inclusiva evolui de forma vagarosa, pois em alguns casos, a maioria das pessoas ouvintes não têm conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ou apenas ouviram falar, e um agravante maior: alguns surdos também não conhecem a Libras, tornando então difícil uma comunicação mínima entre pessoas surdas ou entre surdos e ouvintes, e conseqüentemente a dificuldade de inclusão (SILVA, 2016).

Sabemos que uma das formas de combater a desigualdade e instaurar a acessibilidade seria através da educação, pois conforme afirma Mantoan (2003, p. 7), “educar é fazer o outro crescer, desenvolver-se, evoluir” logo isso se aplica a todos, independentemente de cor, raça, etnia, sexo, religião ou costumes. Além disso, a Constituição Federal Brasileira, no Art. 206 versa que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, para haver de fato essa igualdade de condições, necessita que ocorra a inclusão, a acessibilidade para que assim a escola venha oferecer subsídios para a permanência dos alunos, de modo geral, incluindo os alunos com deficiências.

A escola deve se atentar para promover a inclusão, pois em muitos casos ela apenas integra o aluno com deficiência, ou seja, apenas recebe, mas não oferece um ensino com igualdade de condições, muitos alunos deficientes não conseguem ter uma aprendizagem significativa porque a escola não oferece a acessibilidade, e assim apenas ocorre a integração do aluno e não a inclusão (MANTOAN, 2003).

Nesse sentido, para os surdos, a Libras se constitui como a sua língua materna e para os ouvintes, a Libras seria uma segunda língua. Dessa forma, percebemos a necessidade do ensino de Libras para toda a população, visando assim a inclusão, além disso o surdo necessita de uma comunicação visual-gestual, o corpo, a expressão facial diz muito a um surdo, já os ouvintes utilizam a comunicação oral, o que dificulta um diálogo entre surdos e ouvintes.

Inicialmente, objetivando que ocorra a inclusão da Libras em uma escola é necessário ter professores capacitados que possuam em sua formação conhecimentos acerca dessa língua, para que assim possam incluir os surdos na sala de aula regular, em diversas disciplinas e possam conhecer as dificuldades dos seus alunos surdos, se porventura, tiverem. Além disso, ocorrendo a inclusão da Libras nas escolas, alunos ouvintes podem ter acesso e assim aprenderem a se comunicar minimamente com uma pessoa surda, aprendendo também aspectos históricos, culturais, e saber se comportar em diversos momentos com uma pessoa surda, fazendo isso ocorreria a inclusão social das pessoas surdas (FELIPE, 2007).

Diante do exposto, passamos a fazer os seguintes questionamentos: Quais as lutas, dificuldades e exclusões que os surdos vivenciaram ao longo do tempo? Como foi o surgimento de uma língua que pudesse proporcionar a inclusão entre os surdos e entre surdos e ouvintes? E qual a importância da inclusão de alunos surdos na escola regular?

Para responder essas questões, elencamos como objetivo geral compreender o percurso histórico acerca dos desafios sofridos e conquistas alcançadas pelos surdos, no segmento social e educacional. Definimos os seguintes objetivos específicos de investigação: Conhecer as dificuldades vivenciadas pelos surdos ao longo do tempo; Identificar os principais desafios que os surdos enfrentaram na educação, antes da Língua Brasileira de Sinais; Analisar a origem e evolução da Língua Brasileira de Sinais.

Consideramos o estudo da temática relevante, pois é de suma importância a quebra de paradigmas para a inclusão de pessoas surdas em sala de aula regular e não apenas integrá-las, mas de fato, proporcionar uma educação de qualidade, com isso se faz necessário que os integrantes da comunidade escolar, professores, funcionários e estudantes tenham conhecimentos mínimos acerca da Libras, não apenas pessoas surdas, mas que os ouvintes

conheçam a trajetória das pessoas surdas e assim haja um despertar do interesse em aprender essa língua, para que assim o surdo possa desenvolver uma simples comunicação com todos, iniciando dentro do ambiente escolar e ultrapassando para a vida em sociedade, resultando na prática da inclusão escolar.

2 METODOLOGIA

A metodologia pautou-se por uma abordagem qualitativa, pois de acordo Chizzotti (2006 p. 28):

o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após esse tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, com perspicácia e competências científicas, os significados patentes e ocultos do seu objeto de pesquisa.

Logo, a pesquisa qualitativa visa através dos instrumentos obter informações importantes e que em algumas situações até então não haviam sido observadas, descrevendo a complexidade de determinado fenômeno social. Conforme afirma Richardson (2009, p. 80), um dos objetivos da pesquisa qualitativa é “Possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. E assim proporcionar entendimento aprofundado de conceitos que muitas vezes não podem ser quantificados.

Considerando as especificidades do nosso objeto de estudo, a pesquisa desenvolvida neste trabalho é do tipo pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica “consiste numa espécie de varredura do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto”. Sendo assim, através das fontes de pesquisa foi feito um levantamento dos dados referentes ao tema e o que os estudiosos entendem sobre ele, para que assim ocorra a análise investigativa do objeto de estudo.

Por sua vez, Godoy (1996, p. 21), caracteriza a pesquisa documental sendo: “O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental”. Dessa forma, ao analisarmos determinados documentos, podemos encontrar aspectos importantes do objeto de estudo e assim trazer grandes contribuições à área estudada.

Utilizamos como fontes os livros, monografias, artigos, dissertações e a legislação brasileira que discutem a temática pesquisada, a fim de levantar dados importantes sobre a história dos surdos, educação e história da língua de sinais no Brasil, e assim entender as dificuldades, desafios e avanços que os surdos obtiveram ao longo do tempo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

O estudo aprofundado da história das pessoas surdas se faz necessário, pois há centenas de anos as pessoas com surdez já existiam, e assim é bastante importante conhecer a sua historicidade. Há poucos registros acerca desse assunto, porém no transcorrer deste trabalho, pretendemos explanar o máximo de informações possíveis, pois, para se entender o presente, necessita compreender o passado, conforme ressalta Strobel (2009, p. 5) que “o estudo do passado é importante para entendermos a situação atual”.

Antes de adentrar na história dos surdos, devemos conceituar o que se caracteriza como surdez, de acordo com BRASIL (2017), seria a dificuldade ou impossibilidade de ouvir, podendo ser de origem genética, de nascimento, ou podem ser causadas por doenças, uso de medicamentos etc. Corroborando com o conceito de surdez, BRASIL (1997, p. 12) enfatiza que:

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda. Muitas pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por causa de acidentes ou doenças.

Definindo a palavra “deficiência” seria “defeito que uma coisa tem ou perda que experimenta na sua quantidade, qualidade ou valor” (DEFICIÊNCIA, 2020, *on-line*). Sendo assim, muitas pessoas com deficiência eram impedidas de exercer diversas funções, por serem consideradas incapazes, há décadas atrás, acreditava-se que os surdos haviam sido castigados pelos deuses ou os seus pais estariam pagando por crimes ou pecados cometidos. A deficiência, de um modo geral, era vista como um castigo, um carma, uma maldição, e conseqüentemente, muitos sofriam discriminações, eram impedidos de frequentar lugares públicos, inclusive de ir à escola, à igreja, sendo condicionados a viver dentro de suas casas,

sem convívio social (STROBEL, 2009). As pessoas que não fossem consideradas “normais”, na antiguidade, eram impossibilitadas até de contrair matrimônio para que não corresse o risco de terem filhos com deficiências, pressupondo que a surdez passaria dos pais para os filhos geneticamente (BRASIL, 1997).

Na Idade Antiga, os surdos não possuíam dignidade, a exemplo, na Roma eram penalizados e jogados no rio, afirmando que estes eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas pelos deuses, os que sobreviviam, eram feitos de escravos, sendo obrigados a ficar por horas a fio, girando um moinho (STROBEL, 2009). Um fator determinante, era a deficiência aliada a condição econômica, caso o surdo não fosse financeiramente estável, não tivesse posses, riquezas, a discriminação se agravava ainda mais, sobre isso Santiago (2011, p. 98) descreve:

Os mais pobres precisavam da força, portanto, da saúde física e mental para sobreviver, e em sua falta (presença de deficiência), a morte era a melhor alternativa. As práticas do sacrifício ou da proteção para com pessoas com deficiência aparecem na história antiga, mas o que de fato determina a opção pela morte ou cuidado destes indivíduos é a questão de classe social onde eles se encontram.

Percebe-se dessa forma o quanto a condição econômica influenciava nas decisões daquela época, pois os surdos, bem como as pessoas com deficiência no geral, eram como “obstáculos” para a sociedade, pois eles não podiam trabalhar (determinação da própria sociedade), e conseqüentemente não pagavam impostos (SANTIAGO, 2011).

Na Grécia não era diferente, Strobel (2009, p. 18) ressalta que “Na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodo para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygéte, nas águas de Barathere - e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados só”.

Na Idade Média, os surdos eram jogados na fogueira, Strobel (2009, p. 19) afirma que eles eram “considerados sujeitos estranhos e objetos de curiosidade da sociedade”, dessa forma sofriam preconceitos por serem “diferentes” das outras pessoas, não tendo diversos direitos, como votar, receber heranças etc.

Nesse sentido, percebe-se da forma fria e cruel na qual tratavam as pessoas surdas. As pessoas com deficiência eram tidas como incompetentes, sem qualquer valor para a sociedade, sofrendo diversas discriminações, desde a segregação social, viverem isolados da sociedade, até o máximo da crueldade, eram mortos, para que não oferecessem o mínimo de risco de transmitirem sua deficiência (MORI; SANDER, 2015).

Segundo Kalatai e Streiechen (2013) com a igreja no poder, os surdos não podiam tomar comunhão, pois de acordo com a visão da época, os surdos eram incapazes de pensar, já que não conseguiam falar, não iriam confessar seus pecados e, conseqüentemente, se salvar. Ainda sobre isso:

Percebe-se que a própria questão religiosa deixava o surdo à mercê da marginalidade e do descaso, pois acreditava-se que o homem era semelhança de Deus, e sendo Deus um ser perfeito, qualquer anormalidade das pessoas era visto como castigo ou pessoas pertencentes ao demônio (KALATAI; STREIECHEN, 2013, p. 2).

A partir dessas informações vê-se que ao longo da história, os surdos sofreram discriminações, por serem consideradas pessoas impensantes, devido ao fato de não ouvir, não eram estimulados a falar, e por não saber se expressar, pensava-se que eles não tinham sentimentos, e que não eram capazes de aprender, e, portanto, não teriam valor para a sociedade.

De acordo com Schlünzen *et al.* (2013), as melhorias para a comunidade surda começaram a surgir a partir do século XV, no qual iniciaram as pesquisas acerca da surdez, sendo considerados inaptos pela sociedade, os surdos não tinham oportunidades de aprendizado, logo, as famílias ricas que tinham herdeiros surdos, por medo de perder sua herança, viram-se na obrigação de integrá-los na sociedade, de alguma forma educa-los para desempenhar a função de administrar as suas riquezas no futuro, além disso a igreja passou a investir com obras de caridade a fim de poder “salvar a alma” das pessoas surdas, que para eles estava perdida.

3.2 EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Acerca da educação dos surdos, por serem considerados como pessoas impensantes, incapazes de se expressar, no passado não podiam frequentar as escolas, sendo considerados inaptos para a aprendizagem. A história da educação dos surdos, também é marcada por inúmeras dificuldades, já que eles não tinham o mínimo de direitos, e estavam limitados às paredes de sua casa.

Ao longo dos anos surgiram educadores que passaram a acreditar que o surdo poderia sim aprender, e assim foram em busca de métodos para utilizar na educação dos surdos. Os primeiros educadores de surdos surgiram no século XVI, um deles foi o médico, matemático, e astrólogo italiano Gerolamo Cardano, seu primeiro filho era surdo, nesse sentido, Cardano

declarou que o fato da pessoa ser surda, não a impede de aprender, de receber instrução. Em 1520, Pedro Ponce de Leon, um monge beneditino, havendo feito voto do silêncio no monastério, teve de achar outra maneira de se comunicar, fazendo isso através de sinais rudimentares, mostrando assim que existiam outras formas de comunicação, foi o primeiro professor para os surdos, através da língua de sinais e alfabeto manual, contrariando assim as ideias de Aristóteles de que o surdo era incapaz de aprender, Ponce de Leon conseguiu educar vários surdos, formando profissionais nas áreas de Matemática, História e outras ciências (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Em 1620, Pablo Bonet, um padre espanhol e educador de surdos, foi o primeiro a desenhar e esquematizar o alfabeto manual, este é considerado um dos pioneiros na educação dos surdos “ele em seu livro, destaca como ideia principal que seria mais fácil para o surdo aprender a ler se cada som da fala fosse substituído por uma forma visível” (HONORA; FRIZANCO, 2009), sendo considerada uma importante conquista para a comunidade surda.

Por volta de 1700, Charles Michel de L’Eppe¹, reconheceu a Língua de Sinais como uma importante ferramenta que poderia ser utilizada na educação dos surdos, sendo considerado como o pai dos surdos, contribuiu de forma significativa para a educação pública dos surdos, ele fundou o Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris, em 1760, que utilizava como método principal a Língua de Sinais (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Para alcançar os direitos que hoje possuem, os surdos sofreram severamente, durante os anos houveram diversas correntes filosóficas com metodologias para educar os surdos, dentre elas existiram o Oralismo, a Comunicação Total, o Bilinguismo e a Pedagogia Surda (KALATAI e STREIECHEN, 2013).

O método do Oralismo se baseia na ideia que o surdo deve aprender a falar, comunicando-se exclusivamente através da fala e leitura labial, sobre essa metodologia Mori e Sander (2015) afirmam que para os defensores do Oralismo, os sinais atrapalham a oralização, poderiam deixar o surdo em uma situação cômoda e assim não iriam se esforçar para desenvolver a fala, dessa forma na época do Oralismo, eles defendiam a ideia de metodologias clínicas para desenvolvimento da fala, deixando de lado as metodologias pedagógicas que ensinavam a língua de sinais. De acordo com Katalai e Streiechen (2012, p. 5), nessa época “As escolas são transformadas em salas de tratamento. As estratégias pedagógicas passam a ser estratégias terapêuticas, [...] muitos professores surdos que trabalhavam com a língua de sinais foram demitidos e substituídos por professores ouvintes”.

¹ Abade, foi um educador filantrópico francês, um dos primeiros que defendeu o uso da Língua de Sinais.

Esta época do Oralismo, foi um grande desafio para as pessoas surdas, pois foram terminantemente proibidas de utilizar língua de sinais ou de gesticular para se comunicar, deveriam utilizar unicamente o método oral puro, sobre essa questão Kalatai e Streiechen (2012, p. 6) destaca:

Falar é algo fácil para as pessoas ouvintes que armazenam vocabulários em sua mente desde que nascem. Porém, quando se trata de uma pessoa surda, esses caminhos se tornam difíceis ou até mesmo impossíveis, pois o fato de não ouvirem impossibilita-os de assimilarem palavras em seus cérebros. Como o surdo não tem palavras em sua mente, somente pode aprender por meio de sinais que assimilam pelo contato visual.

Os surdos utilizam, por terem totalmente ou parcialmente o canal auditivo comprometido, os gestos visuais e expressões faciais, como ferramentas para comunicação, para eles é bastante difícil comunicar-se oralmente e até mesmo entender o outro através da leitura labial, isso se intensifica para as pessoas que nasceram surdas, pois não apresentam nenhuma lembrança do vocabulário expresso oralmente, para eles é mais fácil aprender de forma visual, utilizando o seu melhor sentido, nesse caso seria a visão.

Esse fato se intensifica, quando os surdos tiveram que aprender sob duras pressões, tanto dos educadores, quanto da sociedade, que impunha-lhes a responsabilidade de que eles deveriam se integrar na normalidade de forma emergente.

E assim, de acordo com Honora e Frizanco (2009), em 1878 aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, em Paris, para se debater as metodologias mais adequadas para se educar os surdos, após os debates e votações, a metodologia eleita como a mais adequada seria a leitura labial unida ao uso de gestos nos primeiros anos de escolarização, reconhecendo a importância do uso visual-gestual na educação de pessoas surdas.

Porém, essa metodologia foi utilizada apenas por dois anos, até em 1880 ocorrer o II Congresso Internacional de Surdos-Mudos, o Congresso de Milão, no qual o método escolhido para a educação dos surdos seria o método oral puro, pois alegaram que o uso de uma língua gestual, impedia os surdos de desenvolver a leitura labial e conseqüentemente o raciocínio das ideias, apenas um surdo participou desse congresso, não tendo o direito ao voto (HONORA E FRIZANCO, 2009). Segundo Honora e Frizanco (2009, p. 25), as justificativas foram as seguintes: “A fala é incontestavelmente superior aos Sinais e deve ter preferência na educação dos Surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado”.

De acordo com Strobel (2009, p. 33), nesse evento:

havam 164 delegados no evento, sendo uma boa maioria de franceses e italianos a favor do oralismo, votou pela proibição da língua de sinais nas escolas da época. Apenas Estados Unidos e Inglaterra eram a favor do uso da língua de sinais. Os próprios educadores surdos foram proibidos de votar. Com a influência de Grahn Bell pelas criações de aparelhos auditivos, admirados e cridos como uma solução para a “cura” da surdez, o Congresso finalizou com a aprovação do método oral, único e exclusivo para a educação de surdos.

Para chegar a essa conclusão, a maioria dos participantes, apresentaram diversos motivos para a aprovação do uso do método oral, dentre eles Strobel (2009) enfatiza, que para eles, o surdo seria melhor integrado na sociedade se utilizasse, preferencialmente, a língua oral, e a educação iria possibilitar um conhecimento maior, afirmando que “fala e a leitura labial, muito longe de terem sido abandonadas, são desenvolvidas através de prática” (STROBEL, 2009, p. 35). Percebe-se que antes mesmo do congresso ocorrer, o método oral puro já havia sido escolhido, fato evidenciado através da maior parte do público ser ouvintes e os educadores surdos não terem o direito ao voto.

A partir daí foram vários anos de muitas lutas, na qual os surdos tiveram como metodologia predominante o uso do Oralismo, enquanto isso, em 1888 no Brasil os surdos estavam sendo escravizados, segundo afirma Mori e Sander (2015, p. 7): “os surdos em sua educação passam a ser escravizados diante dos ditames do Oralismo, sendo-lhes muitas vezes, atadas suas mãos para se comunicarem visualmente, obrigando a se manifestarem através da oralidade”. Ora, sabemos que para um surdo total de nascença é um desafio enorme para ele falar, já que de acordo com Lourenço (2017, p. 48), “o ato de falar para os ouvintes é uma consequência natural das interações sociais, para uma criança surda é o produto de um longo processo de adaptações de aparelhos auditivos que possam suprir o seu déficit auditivo e intensos treinos terapêuticos”, mesmo com esse longo trabalho pela frente, os surdos eram obrigados a aprender a falar, fato curioso e que chama a atenção é que no ano de 1888 assinava a Lei Áurea, Lei de libertação dos escravos e por outro lado se escravizava os surdos para que não utilizassem a língua de sinais.

Em 1968, surge o método da Comunicação Total, considerada uma conquista para os surdos, nesta seria livre todas as formas de comunicação para os surdos, podendo ser orais, gestuais, leituras labiais, enfim, seria válida qualquer método para comunicar-se entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes.

Os defensores da Comunicação Total recomendam então o uso simultâneo de diferentes códigos como: a Língua de Sinais, a datilologia, o português sinalizado, etc. Todos esses códigos manuais são usados obedecendo à

estrutura gramatical da língua oral, não se respeitando a estrutura própria da Língua de Sinais (POKER, 2011, p. 8-9).

Silva (2016), afirma que após tantas tentativas e diversas violências para obrigar o surdo a falar, rejeições à Língua de Sinais, os médicos que realizaram exames nos surdos, juntamente com os educadores, aceitaram e perceberam que o surdo teria mais êxito quando educado com a sua própria língua, e obviamente a oralização como segunda alternativa e optativa. Pois os surdos, de fato, possuem mais facilidade no uso de uma língua gestual-visual, não excluindo o fato que podem fazer uso da língua oral e da leitura labial para comunicação.

A metodologia do Bilinguismo seria totalmente inversa ao Oralismo, é o uso da Língua de Sinais como a língua materna do surdo (L1), a primeira língua, e o português como uma segunda língua na educação dos surdos (L2), priorizando-a na modalidade escrita, sendo optativa a língua falada (HONORA; FRIZANCO, 2009). Dessa forma, seria um avanço na educação dos surdos, pois prioriza a Língua de Sinais, considerando a língua oral como segunda opção para o surdo aprender e utilizar, respeitando assim as especificidades da pessoa com surdez.

De acordo com Poker (2002), existem duas perspectivas dentro do Bilinguismo, a primeira defende que a criança surda deve aprender a Língua de Sinais e a língua oral separadamente, a segunda defende que se ensine inicialmente a Língua de Sinais e depois a língua escrita, sendo desconsiderada o ensino da língua oral.

O Bilinguismo, torna acessível ao surdo o uso das duas línguas, tanto a Língua de Sinais, quanto a língua do seu país local, trazendo para o surdo a oportunidade de aprender e se comunicar da forma que preferir, sendo a Língua de Sinais utilizada como mediadora para o surdo aprender a língua oficial de seu país, muitos surdos aspiram a metodologia do Bilinguismo, devido à valorização da Língua de Sinais, que reconhece como a língua nativa dos surdos, sem excluir a língua oral e escrita, sendo por intermédio da primeira o aprendizado da segunda.

Por fim, a metodologia da Pedagogia Surda, segundo Kalatai e Streiechen (2012), esta defende que haja professores surdos ensinando as crianças surdas, desde o início da educação infantil, levando em conta a história de lutas, a cultura dos surdos, essa metodologia “[...] é a mais querida, desejada e defendida pelos surdos” (KALATAI; STREIECHEN, 2012, p. 4). Nesse sentido, “A Pedagogia Surda surge com a finalidade de mostrar um novo caminho para a educação do surdo, pois ela é uma metodologia que atende de uma forma satisfatória as

especificidades do surdo, de forma a considerar todos os aspectos culturais deste sujeito” (KALATAI; STREIECHEN, 2012, p. 11).

Os surdos almejam esse método, inicialmente, porque um surdo alcançando a posição de mestre é uma conquista, pois por muito tempo o surdo era considerado um ser irracional, e agora estaria conquistando uma posição de educador, além disso teria um professor capacitado para atender aos alunos surdos, e o professor sendo surdo, teria mais familiaridade com as especificidades da cultura surda, proporcionando a inclusão. Outro fato extremamente importante, é o surdo ser tratado como alguém completo, com sua cultura, costumes, valores respeitados, e não apenas ser tratado como uma pessoa deficiente, mas sim sendo conhecido com a sua história e tradições. Acerca disso, Lourenço (2017, p.19) relata que “eles preferem se relacionar com pares surdos, pessoas com as quais se sentem mais confortáveis para partilharem, além de uma língua, hábitos, costumes”. Evidenciando assim, o porquê da necessidade de um professor surdo em ensinar a surdos.

De fato, seria bastante proveitoso que os alunos surdos tivessem a oportunidade de terem aulas ministradas em Libras por professores surdos ou intérpretes presentes nas salas de aula, porém sabemos que atualmente existe um déficit de professores para exercer tal função, tanto de professores surdos, quanto ouvintes que tenham capacitação para isso.

Esse seria o objetivo da inclusão, incluir a pessoa com deficiência na sociedade, pois sabemos que todos possuímos diferenças, e essas diferenças tornam a pessoa um ser único, e em relação a pessoa com deficiência, especificamente, esta necessita de subsídios que promovam a equidade e que as possibilitem alcançar objetivos em conjunto com as pessoas que não possuem deficiências.

Esta Pedagogia Surda defende que os alunos surdos tenham acesso a Libras desde o início de sua escolarização, e sendo ministradas por professores surdos, porém sabemos que atualmente existe um longo caminho a ser percorrido para que isso ocorra, pois ainda existe muito despreparo dos docentes na área inclusiva, bem como pouco ou nenhum conhecimento da Libras, muitos nem mesmo possuem a disciplina de Libras em sua formação, apenas em 2002 através da lei nº 10.436, em seu artigo 3º, que tornou obrigatório a inserção de Libras no currículo dos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2002).

Logo, os professores que se formaram antes de serem incluídos a Libras, não possuem o mínimo de conhecimento na área, e os mais novos formados que cursaram a disciplina básica, muitas vezes não possuem fluência em Libras, ou seja, não dominam essa língua, logo, terão dificuldades de ensinar aos alunos surdos. Ainda outro agravante, Lourenço (2017, p. 23) levanta o seguinte questionamento: “Como utilizar Libras com o aluno surdo – o que ainda não domino (e mesmo que eu soubesse) – tendo em minha sala 29 alunos ouvintes que têm como primeira língua o Português e um aluno surdo?”. Para um professor que não possui alunos surdos já possui desafios a serem vencidos, e quando se depara com alunos surdos terá que lidar tanto com as particularidades dos alunos ouvintes, quanto a particularidade do aluno surdo, este configura um desafio a ser vencido na educação inclusiva.

De acordo com Lourenço (2017, p. 35), “Incluir é mais do que inserir um aluno em sala de aula comum; é favorecer suas habilidades escolares, possibilitar seu desenvolvimento psico-socioeducacional”, para isso o professor deverá possuir capacitação necessária, a fim de proporcionar ao seu aluno um aprendizado significativo, bem como a escola deverá se reestruturar para atender as necessidades educacionais de seus alunos.

3.3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

De acordo com Diniz (2010), a Libras teve origem no século XIX, a partir da Língua de Sinais Francesa (LSF) por Harnest Huet, fundador do Instituto Nacional dos Surdos (INES). Este foi o primeiro professor surdo que divulgou a Língua de Sinais no Brasil, através do Instituto Imperial de Surdos-mudos, fundado por ele em 1857, atualmente o INES².

No Brasil, a Libras foi reconhecida em 2002, através da Lei nº 10.436, como meio de comunicação das pessoas surdas, essa conquista foi considerada um avanço para a comunidade surda, que por tantos anos sofreram discriminações, nesse sentido, a Libras é considerada como uma língua própria para pessoas surdas, com promulgação de uma lei sancionada pelo decreto nº 5.626 de 2005 (LOURENÇO, 2017).

Na Lei nº 10.436/02, em seu artigo 1º e no parágrafo único versam sobre o reconhecimento da Libras, bem como a sua conceituação:

Art. 1. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza

² Instituto Nacional de Educação de Surdos, atualmente uma grande referência em educação de Surdos no Brasil.

visual-motora, com estrutura gramaticais própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

A Língua de Sinais se enquadra na modalidade gestual-visual³, conforme afirma Rosa (2004, p. 6):

Utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão para captar movimentos, principalmente das mãos, a fim de transmitir uma mensagem, diferenciando-se da língua portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva, por utilizar como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos.

A Língua de Sinais veio para proporcionar a inclusão social, dos indivíduos com surdez, para que assim possam conversar livremente através dela, possam se expressar, provando que os surdos têm “voz” e pensamento, indo contra as ideias antigas que o surdo por não se expressar, não tinha capacidade de pensar. A Língua de Sinais não é única, não é universal, muitos pensam de forma errônea que a língua de sinais é a mesma para todos os países e/ou localidades, corroborando com essa ideia, Diniz (2010, p. 27) ressalta que: “Este falso conceito acontece possivelmente porque as pessoas enxergam as línguas de sinais, como é o caso da Libras, como o conjunto de gestos e mímica, isto é, uma forma de linguagem corporal universal”. Cada país tem sua língua de sinais própria, a exemplo, no Brasil é a Libras, nos Estados Unidos a ASL⁴.

Como podemos ver, muitas pessoas relacionam a Língua de Sinais (o que inclui a Libras) como uma linguagem, porém como o próprio nome sugere é uma língua, ou seja, apresenta aspectos como “gramática, fonologia, semântica, morfologia, sintaxe” (ROSA, 2004, p. 7), além disso apresenta configuração de mão, movimento, ponto de articulação, de modalidade gestual-visual, “na combinação dos cinco parâmetros, têm-se o sinal” (ROSA, 2004, p. 15). Através desse conjunto de parâmetros, há essa formação de um sinal, pois a pessoa surda necessita desse campo visual para entender sentimentos, por exemplo, necessita da expressão facial, dessa forma o surdo capta a intensidade de determinada situação e o campo gestual a fim de entender a palavra que está sendo transmitida.

A Libras atualmente é considerada a língua materna dos surdos, também chamada de (L1), sendo a Língua Portuguesa como segunda língua (L2). No processo de escolarização, o aluno surdo pode aprender a L2 por meio da L1, acerca disso, Pedroza *et al.* (2012) ressalta

³ Que utiliza dois canais sensoriais: o uso do campo visual e o uso dos movimentos e configurações de mão.

⁴ Língua de Sinais Americana.

que para o surdo aprender a Língua Portuguesa, primeiro necessita da Libras para que através dela possa aprender a L2 ou qualquer outra língua, base do Bilinguismo. Sobre isso a lei 10.146⁵ de 2015, em seu artigo 28, parágrafo 4, assegura:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; (BRASIL, 2015).

Como se pode ver, a Libras é reconhecida como Língua de Sinais oficial do Brasil, sabemos que ainda existem muitos caminhos para que a inclusão se torne efetiva dentro das escolas e na comunidade, como incluindo alunos surdos e ouvintes, professores surdos dentro das escolas, professores ouvintes que aprendam Libras para poder se comunicar com alunos surdos, e dentro da comunidade existam pessoas que conheçam a Libras, para que de fato a integração dê lugar a inclusão.

Nos dias atuais existem leis, consideradas como conquistas, que garantem a acessibilidade de pessoas com deficiência na sociedade, o que inclui as pessoas surdas, o decreto nº 5626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/05, fala sobre a inclusão da Libras, como disciplina obrigatória, nos currículos dos cursos superiores de formação de professores, bem como no curso de Fonoaudiologia:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas no sistema Federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Os avanços foram bastante significativos, de fato, ainda há muito o que fazer, mas olhando para trás, percebemos as grandes conquistas, uma lei própria assegurando a Libras como disciplina obrigatória na formação dos professores, para que dessa forma, possa investir na capacitação do magistério para inclusão de pessoas surdas em sala de aula regular, bem como poder difundir a Libras através da educação.

Ainda sobre a pessoa surda, o decreto nº 5626/05, no Artigo 14 e capítulo IV versa sobre o acesso da pessoa surda a educação:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares

⁵ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

Percebemos o reconhecimento da Libras e da acessibilidade do surdo em diversos segmentos da sociedade, incluindo a educação desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, além de tornar a Libras mais acessível para as pessoas ouvintes, para que os surdos também possam se comunicar com os amigos, familiares, colegas através da Língua de Sinais. Ressaltamos que a comunidade surda⁶, também considera que as pessoas ouvintes fazem parte dela, sobre isso Strobel (2009, p. 6) enfatiza:

A comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes juntos, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em um determinado localização que podem ser a associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros.

Portanto, é de fundamental importância que as pessoas ouvintes conheçam a Libras, para que haja de fato a inclusão das pessoas surdas na sociedade, uma importante ferramenta para isto é através da educação, conforme afirma Paré (2007, p. 217), “pois apesar de não atingir toda a população do país, seus resultados têm reflexos no cotidiano e nos hábitos da população brasileira”. Através da educação, a Libras pode se difundir ainda mais e assim proporcionar a valorização da pessoa surda, incluindo comunicação, cultura, os aspectos históricos e legais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos ao longo do estudo, que os surdos enfrentaram inúmeros obstáculos, de acordo com a literatura pesquisada, muitos sofreram perdendo a própria vida, devido a sociedade não os aceitar ou por falta de conhecimento, tinham medo da pessoa com deficiência, pensando de forma errônea, que a deficiência iria ser transmitida para as outras pessoas e as tornariam incapazes de exercerem as funções que as pessoas ditas “normais” faziam.

⁶ Constitui todas as pessoas que tem vínculo com a pessoa surda, o que inclui família, colegas de trabalho, escola etc., sejam surdos ou ouvintes.

Sabemos que nenhuma dessas informações estão corretas, pois os surdos são capazes de trabalhar, estudar, compreender o mundo que os cerca, para isto basta serem oferecida a estes, condições necessárias, para se desenvolverem e assim se integrarem na sociedade.

Os maiores desafios que os surdos vivenciaram no passado foram principalmente a falta de oportunidades, as pessoas e as autoridades da época não davam suporte algum para que os surdos pudessem provar que eram aptos como qualquer outra pessoa, como eram considerados seres impensantes, não era dado a eles chances de desenvolver suas aptidões e assim se destacarem na sociedade.

Ao longo do tempo, várias metodologias foram utilizadas para se educar as pessoas surdas, dentre elas a pedagogia surda é bastante aspirada pela comunidade surda, porém é um caminho extremamente longo a percorrer, haja vista que requer educadores surdos atuando na educação de surdos. Outra metodologia bastante aceitável seria o bilinguismo, que o professor poderia ser surdo ou ouvinte, contanto que possua capacitação para ministrar aulas para surdos, sabemos que isto também exige um longo caminho, que deverá ser percorrido pela educação, trazendo não apenas para a educação superior, mas também para a educação Básica, a disciplina de Libras para que desde cedo, alunos surdos e ouvintes tenham acesso a Libras e assim haja a apresentação da história dos surdos e o conhecimento básico da Libras.

Ao longo do tempo, através de estudos e legislações na área, os surdos vêm alcançando oportunidades, como o acesso a Língua de Sinais, dessa forma o surdo pode se comunicar com outras pessoas e assim fazer de suas mãos a sua fala, e de seus olhos os seus ouvidos, mostrando assim que os surdos são seres pensantes e podem expressar seus sentimentos e pensamentos.

Especificamente acerca da Libras, considerada um grande avanço para os surdos brasileiros, que se tornou uma língua oficial dos surdos no Brasil, através da lei nº 10.436, a Libras não é uma simples mímica, mas sim uma língua com todas suas regras gramaticais. Logo, faz-se necessário que esta seja ensinada não apenas em escolas de educação especial, mas também em escolas regulares para que não apenas os surdos tenham acesso, mas também as pessoas ouvintes, para que a inclusão seja realizada de forma mais efetiva, pois a educação é uma importante ferramenta para a inclusão, pois através dos educandos, a informação pode ser levada além do ambiente escolar, chegando até as comunidades, aos pais, parentes de cada aluno e assim poderá despertar um interesse em aprender, ou seja, haveria difusão do conhecimento.

Através da educação regular, os surdos podem alcançar ainda mais reconhecimento, havendo uma difusão do ensino de Libras para todas as pessoas e assim proporcionar inclusão

em todos os segmentos da sociedade, pois se em cada lugar houver uma pessoa com o mínimo de conhecimento em Língua de Sinais, poderá se comunicar com uma pessoa surda e assim inclui-lo na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial Deficiência Auditiva**. Educação Especial Deficiência Auditiva. Série Atualidades Pedagógicas. Brasília, MEC/SEESP, 1997.

_____. Decreto n. 5.626, de 23 de dezembro de 2005. **Regulamenta Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm, acesso em 01/01/2021

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Surdez**. Brasília, 2017. Disponível em <<https://bvsm.s.saude.gov.br/dicas-em-saude/2506-surdez>> Acesso em 20/10/20.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DEFICIÊNCIA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/deficiencia/> Acesso em: 12/09/2020.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais**. 116f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FELIPE, Tanya A.. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante**. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, Vol 35, n.2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

KALATAI, Patrícia; STREIECHEN, Eliziane M. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**. In: III SEPED - Semana de Estudos do Curso de Pedagogia de Irati, 2012. Irati. Anais. Irati, 2012. Disponível em: <<http://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>>. Acesso em: 10-10-2020.

LOURENÇO, Érica A. G. **Educação bilíngue para surdos**. São Paulo: Alameda, 2017

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação a pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como?** São Paulo: Moderna, 2003.

Mori, Nerli N. R. & Sander, Ricardo E. (2015). **História da educação dos surdos no Brasil**. In: Anais eletrônicos do Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá: UEM., disponível em <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf> Acesso em 10/12/2020.

PARÉ, Marilene L.; OLIVEIRA, Luana P. de e VELLOSO, Alessandra D' Aqui. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos pretos em Restinga seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Cadernos Cedes**. Campinas: UNICAMP, vol. 27, nº 72, pp. 215-232, Maio/Ago.2007.

PEDROZA, Clara Ramos; BALLOCK, Helen Trefzger e GONDIM, Mauro Lucio. In: Mato Grosso do Sul, Secretária de Estado de Educação. **Formação continuada de tradutores/interpretes de LIBRAS**. Campo Grande: SED/MS, 2012.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de Ensino na Educação da Pessoa com Surdez**. [s.n.], UNESP, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3º Ed. São Paulo: Atlas S. A. 3º Ed. 2009.

ROSA, Andrea. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. [s.n]. UNIP. São Paulo, 2004

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão das pessoas com deficiência: Aspectos Sócio-Econômicos, Religiosos e Educacionais**. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2011.

SCHLÜNZEN, Elisa T. M.; BENEDETTO, Laís dos S. Di; SANTOS, Danielle A. N.. **História das pessoas surdas: Da exclusão à política educacional brasileira atual**. 1º Ed. [s.n.]. São Paulo, 2013

SILVA, Merlânia Lino da. **Análise da Importância do Ensino de Libras para alunos de escola Regular Madre Trautlinde na cidade de Areia – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas). 44f. Universidade Federal da Paraíba. Areia, 2016

STROBEL, Karin. **História da educação dos surdos**. Texto-base de curso de Licenciatura de Letras/ Libras, UFSC, Florianópolis, 2008.

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Trabalho de Conclusão de Curso

Assunto: Trabalho de Conclusão de Curso
Assinado por: Merlania Silva
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Merlania Lino da Silva, ALUNO (201916310066) DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA - CAMPUS PATOS,** em 29/10/2021 19:41:15.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/10/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 361914

Código de Autenticação: 8cb1e10618

